

DA HEGEMONIA AO PODER BRANDO: IMPLICAÇÕES DE UMA MUDANÇA CONCEITUAL

Leonardo Ramos
Geraldo Zahran

Em toda disputa ou argumentação em geral, deve-se estar de acordo em relação a alguma coisa que se toma como princípio para julgar a questão a ser tratada: *contra negantem principia non est disputandum*.

Arthur Schopenhauer

I. Introdução

No final dos anos 80, as análises dos chamados teóricos declinistas ganhavam força e popularidade na disciplina de Relações Internacionais. O argumento central desse conjunto de autores sustentava que a atuação internacional dos Estados Unidos durante as décadas da Guerra Fria teria atingido um ponto de superextensão, no qual os custos dessa atuação passariam a minar a posição de poder do país na ordem internacional.¹

É nesse contexto que Joseph Nye (1990) desenvolve o conceito de poder brando, em clara oposição às teses declinistas. Para o autor, dois motivos principais distorciam a interpretação declinista da ordem internacional. O primeiro fator criticado é a sustentação da idéia de declínio do poder relativo dos Estados Unidos com base na análise da evolução de indicadores militares e econômicos a partir do fim da II Guerra Mundial. Nye demonstra que a distribuição relativa de fatores militares e econômicos no imediato pós-guerra era completamente desequilibrada devido à destruição causada pelo conflito. Nesse momento, os Estados Unidos tinham ao seu dispor uma quantidade desproporcional de recursos econômicos e militares, em boa parte pelo fato de a guerra não ter sido travada em seu território continental. Dessa maneira, qualquer avaliação de índices tendo por base o pós-guerra apontaria uma tendência de declínio, uma vez que os Estados Unidos partiriam de níveis iniciais extremamente elevados e distorcidos. Ignorada essa distorção inicial, análises dos mesmos indicadores apresentariam variações pouco significativas entre as décadas de 1970 e 80, refutando, portanto, a idéia de declínio.

O segundo problema apresentado pelas análises declinistas é sua incapacidade de compreender as mudanças ocorridas nas características dos recursos de poder utilizados pelos Estados Unidos. Para Nye, os declinistas utilizam índices e medidas do chamado poder duro – *hard power*: população, território, recursos naturais, tamanho da economia, forças armadas, entre outros. Todavia, os declinistas não conseguem

articular uma segunda característica da atuação internacional dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, que é uma das bases de sustentação de sua posição de poder relativo no sistema: seu poder brando – *soft power*.

Nye define poder brando como a habilidade de fazer que outros queiram o que você quer. O poder brando está em imediata oposição ao poder duro: a capacidade de fazer que outros façam o que você quer. O poder duro, tradicionalmente abordado pelas teorias de Relações Internacionais, pressupõe posicionamento ativo e direto, expresso por meio de estímulos ou ameaças e normalmente relacionado com a força militar e os recursos econômicos. O poder brando, por sua vez, também chamado por Nye de cooptativo ou indireto, reside na atração exercida por um conjunto de idéias defendidas, ou na capacidade de definir agendas políticas que moldem as preferências expressas por outros. Assim, o poder brando é vinculado a recursos intangíveis como cultura, ideologia e instituições (*idem*: 31-35).

De acordo com Nye, o desenvolvimento do poder brando dos Estados Unidos tornou a manutenção de sua posição no sistema internacional menos custosa.² O conjunto de idéias liberais – como democracia e economia de mercado – defendido pelos Estados Unidos e compartilhado pelo bloco ocidental facilitou a atuação internacional do país. Com outros Estados compartilhando os mesmos valores e princípios, os custos de manutenção da ordem por meio de estímulos econômicos ou ameaças militares são reduzidos. Ainda, as idéias liberais defendidas e difundidas pelos Estados Unidos são adequadas a uma realidade internacional em evolução constante, marcada, segundo Nye, pelo fenômeno da interdependência complexa, que se desenvolvia desde os anos 60.³ A incapacidade dos declinistas em perceber essa mudança na realidade internacional e nos recursos de poder dos Estados Unidos acabou por condenar suas teses e previsões. Na conclusão geral de Nye, por sua posição de poder relativo no sistema e pelas características de seu poder brando, os Estados Unidos estariam fadados a liderar.

Ao desenvolver conceitualmente a idéia de poder brando, Nye se utiliza das análises da ordem econômica do século XIX e da segunda metade do século XX elaboradas por Robert Cox (1987). É seguindo a argumentação desse autor que Nye chega ao trabalho do pensador italiano Antonio Gramsci sobre o conceito de hegemonia (Nye Jr, 1990: 32). Percebe-se claramente a influência do conceito de hegemonia tal qual definido por Gramsci no desenvolvimento da idéia de poder brando feito por Nye. A hegemonia, assim como o poder brando, pressupõe consentimento: consentimento sobre um conjunto de princípios gerais que garantam a supremacia da classe ou grupo social dominante – para Nye, o Estado – e proporcionem algum grau de satisfação aos grupos e classes subalternos. Nye concorda com esses autores quando considera que o Estado encontrará muito menos resistência na busca por seus interesses se seu poder for entendido como legítimo por parte dos demais Estados.

Após definir o conceito de poder brando, Nye faz considerações a respeito do equilíbrio de poder e de teorias que trabalham com a idéia de hegemonia no sistema internacional. Dessa maneira, o autor cita e critica abordagens como a teoria da estabilidade hegemônica, a teoria do sistema-mundo e a teoria dos longos ciclos pelo fato de apontarem o declínio dos Estados Unidos e por sua incapacidade em articular a mudança das características dos recursos de poder do Estado (*idem*: 40-48).

No entanto, uma ausência é evidente nesse debate. Apesar de partir do conceito gramsciano de hegemonia para elaborar suas idéias sobre o poder brando, ao discutir a hegemonia e as transições de poder no sistema internacional, Nye não considera as contribuições dos teóricos neogramscianos, como Cox ou Stephen Gill, que se distinguem de outras análises exatamente por aplicar o pensamento de Gramsci às relações internacionais.⁴

No decorrer da década de 1990, Nye continuou a elaborar o conceito de poder brando em muitos artigos e palestras. O termo foi amplamente difundido e ganhou uma série de adeptos, não apenas no meio acadêmico. O fato de o autor ter trabalhado no Departamento de Defesa durante a administração Clinton e a percepção de que a política externa dos Estados Unidos no período promovia o poder brando do país podem ter ajudado na difusão do conceito. A mídia internacional especializada, representantes governamentais e tomadores de decisão passaram a utilizar essa terminologia, nem sempre com os significados pretendidos por seu criador.

Em 2002, Nye faz uma elaboração mais complexa sobre o tema em seu livro *The Paradox of American Power*. Todavia, o contexto internacional havia mudado significativamente nos quase doze anos que separam a publicação dos dois livros. Se, em 1990, a preocupação de Nye era a de criticar as teses declinistas, em 2002, o autor se contrapunha a um novo grupo de teóricos que passaram a influenciar a política externa dos Estados Unidos: os triunfalistas.

O fim da Guerra Fria e os anos 1990 realmente não comprovaram as teses declinistas. Os Estados Unidos permaneceram como a única superpotência do sistema e a economia do país apresentou forte crescimento durante a década, a despeito de sua atuação no sistema internacional. Algumas previsões decorrentes do mecanismo da balança de poder não se fizeram presentes: outras potências não mostraram intenções de se contrapor política e militarmente aos Estados Unidos. O país permaneceu individualmente como a maior economia do sistema e com recursos e gastos militares que superam em muito seus concorrentes mais próximos. A partir daí, duas correntes começam a ter influência no pensamento sobre política externa nos Estados Unidos.

A primeira delas, aparece no final dos anos 1990 e perto das eleições presidenciais de 2000. A denominada corrente neo-isolacionista considera que os Estados Unidos deveriam diminuir sua atuação no sistema internacional devido à sua evidente proeminência e aos custos dessa atuação. Voltar-se para seus problemas internos seria a melhor opção da única superpotência. O isolacionismo, cujas conseqüências foram sempre temidas, principalmente após o trauma do período entreguerras, não passou, no entanto, de uma tendência momentânea, perdendo força com os acontecimentos do início do século XXI.

Os eventos de 11 de setembro de 2001 fortaleceram uma segunda tendência que já se fazia presente na política externa dos Estados Unidos: os chamados triunfalistas. Para esse grupo, a atuação dos Estados Unidos no sistema internacional é indispensável, mas não deveria ser restringida pelas instituições existentes no sistema. A percepção aqui é a de que o sistema internacional está sob a ameaça de novas formas de violência. Por sua posição singular, os Estados Unidos seriam o principal alvo dessas ameaças, e as instituições internacionais não estariam aptas a lidar com elas. Assim, o poder

relativo do país permite, e as ameaças urgem, que este atue a fim de combater essas novas formas de violência, mesmo quando em discordância com a comunidade internacional. Por seu caráter diferenciado, instituições e regimes do sistema internacional não se aplicam aos Estados Unidos, ou se aplicam com uma lógica diferente.

Ao deparar com a lógica triunfalista, Nye reconhece a existência de imprecisões que poderiam levar a política externa dos Estados Unidos a resultados catastróficos. Segundo o autor, os processos de globalização e a revolução da informação resultaram em uma transformação no sistema internacional, composto agora por três diferentes níveis: um militar, no qual os Estados Unidos gozam da unipolaridade; um econômico, no qual existe uma multipolaridade compartilhada principalmente entre Estados Unidos, União Européia e Japão; e um terceiro nível, transnacional, no qual coexistem diversos agentes não-estatais e a discussão sobre polaridades perde sua relevância (2002: 39).

Assim, a lógica triunfalista de primazia e preponderância que permite aos Estados Unidos agirem a par da comunidade internacional apresentaria falhas primárias. As características das novas ameaças que afligem o sistema internacional são originárias dos processos de globalização e da revolução da informação que alteraram completamente a realidade internacional. Seus principais executores não são Estados nacionais, mas entidades não-estatais que existem e atuam em nível transnacional. Se recursos de poder duro podem ter resultados nos primeiros níveis, militar e econômico, apenas o poder brando pode atuar em nível transnacional.

Além de prescrever a utilização de recursos de poder duro contra as novas ameaças – estratégia infrutífera segundo a análise de Nye – os triunfalistas incorrem ainda em um erro maior. Suas políticas agressivas e unilaterais acabariam por minar o poder brando, principal recurso que poderia ser utilizado em favor dos Estados Unidos. Ameaças transnacionais só são combatidas efetivamente por meio de cooperação internacional. Nesse aspecto, o consentimento e cooptação obtidos com o poder brando são essenciais. As estratégias triunfalistas apenas estariam desgastando a imagem dos Estados Unidos, diminuindo seus recursos de poder e tornando sua atuação internacional mais onerosa. A argumentação de Nye é um alerta sobre os destinos aos quais a política externa do país poderia levar.

Novamente estão presentes referências a Gramsci na conceituação do poder brando (Nye Jr, 2002: 9). No entanto, se anteriormente o poder brando era o fator que garantia a permanência dos Estados Unidos como potência dominante no sistema, agora são as características desse mesmo poder brando que sugerem ao país um comportamento menos agressivo e unilateral.

É somente em 2004 que Nye vai dedicar uma obra completa à elaboração teórica do poder brando. Em contraste com suas obras anteriores, que foram dedicadas à política externa dos Estados Unidos e abordavam a idéia de poder brando como consideração estratégica dessa política externa, seu livro *Soft Power* é inteiramente dedicado a desenvolver o conceito de poder brando, suas implicações, e apontar para correções nas utilizações cotidianas por parte da mídia, de tomadores de decisão e boa parte da academia.

Na verdade, como elaboração conceitual, o livro traz poucas inovações. É uma reedição dos mesmos argumentos que Nye vem defendendo desde 1990 com algumas atualizações e esclarecimentos pontuais. O autor tenta abordar o relacionamento entre

poder duro e poder brando, as origens ou fontes desse poder brando e como se dá sua utilização pelo Estado. Para um exercício teórico, a obra está repleta de exemplos e referências aos casos contemporâneos do que é e do que não é poder brando e de quais políticas estatais estão em harmonia com esse recurso. Cabe destacar ainda que, na única obra de elaboração teórica do conceito, desaparecem quaisquer referências a Gramsci e ao seu trabalho sobre hegemonia.

O argumento central aqui é o de que existe uma clara aproximação entre o conceito de poder brando desenvolvido por Nye e o conceito gramsciano de hegemonia. Ambos se referem a um conjunto de princípios gerais, idéias, valores ou instituições, compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos, mas que, ao mesmo tempo, são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro. Todavia, entendemos que, apesar de próximos, o trabalho de Gramsci sobre hegemonia tem implicações que o trabalho de Nye sobre o conceito simplista de poder brando não pode contemplar.

2. O conceito de poder brando

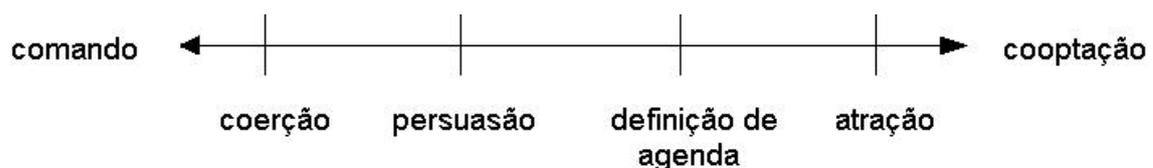
Após descrevermos resumidamente a origem e a evolução do conceito de poder brando, podemos realizar uma análise mais detalhada sobre os pontos de contato reais e possíveis com o conceito gramsciano de hegemonia. Esta análise não carecerá de teor crítico: o conceito de poder brando exposto até o momento é a definição mais comum utilizada por Nye ao longo de suas obras, todavia, não é a única e tampouco está livre de contradições em relação às outras definições dadas pelo autor. A definição do conceito de poder brando dada por Nye carece de rigor. Sua utilização é problemática e indefinida, tornando o significado preciso do conceito difícil de ser auferido.⁵

Como exposto acima, o conceito de poder brando nasce diretamente relacionado com a atuação dos Estados Unidos no sistema internacional. Antes de elaborar o conceito, todavia, Nye discorre brevemente sobre a definição de poder.⁶ A tentativa de definição clara e direta de conceitos nas ciências humanas nunca é praticada sem contestação. Pode-se afirmar com segurança que o conceito de poder é um dos mais discutidos na Ciência Política e nas Relações Internacionais. Nye acaba optando por uma definição sucinta: poder seria a habilidade de influenciar o comportamento de outros para se obterem os resultados desejados (1990: 25-29; 2002: 4-5; 2004: 1-5). Essa concisão deve-se à dedicação do autor a outros aspectos do poder nas relações internacionais.

Assim, Nye vai demonstrar a existência do binômio poder duro/poder brando, argumentando continuamente que a atuação dos Estados Unidos no sistema internacional deveria pautar-se preferencialmente pela utilização de seu poder brando. Aparentemente, existe uma dupla distinção entre poder duro e poder branco, como explica o autor: *“The distinction between hard and soft power is one of degree, both in the nature of the behavior and in the tangibility of the resource.”*⁷ Assim, o que diferenciaria poder duro de poder brando é 1) a natureza do comportamento do agente e 2) a tangibilidade do recurso utilizado.

A diferença traçada por Nye entre 1) comportamentos de poder e 2) recursos de poder é análoga aos conceitos de estratégia e recursos. Enquanto ambos são essenciais para qualquer agente, têm, da mesma maneira, características distintas. Recursos são fontes, estoques, instrumentos ou elementos a disposição do agente para utilização, direta ou indireta. Estratégia, por sua vez, é a definição da ação, da maneira de agir, ou a definição da melhor utilização dos recursos disponíveis para a obtenção de determinado fim. Claramente, são conceitos relacionados a uma dada disposição de recursos que favorecem certas estratégias em detrimento de outras; da mesma maneira, algumas estratégias necessitam da disponibilidade de recursos específicos.

Ao tratar da natureza do comportamento dos agentes, Nye utiliza uma nova diferenciação. Comportamentos de poder – *power behaviours* – são maneiras de se exercer poder, e sua natureza poderia variar entre poder de comando e poder de cooptação. Segundo o autor, poder de comando é a habilidade de mudar o que outros fazem, enquanto poder de cooptação é a habilidade de moldar o que outros querem. Assim, o poder de comando se manifesta por meio da coerção e da persuasão, e o poder de cooptação, por meio da atração exercida pelo agente e por sua capacidade de definir a agenda política. O espectro de comportamentos entre comando e cooptação seria representado pela figura abaixo:⁸



Dessa maneira, uma primeira distinção entre poder duro e poder brando poderia ser feita por meio da natureza do comportamento de poder, classificado entre poder de comando e poder de cooptação. A segunda distinção apresentada por Nye faz referência à tangibilidade dos recursos de poder. Ao abordar essa distinção, o autor não apresenta nenhuma nomenclatura específica. Ao distinguir a tangibilidade dos recursos, Nye se refere apenas a recursos de poder duro e recursos de poder brando.

Os recursos de poder duro são tradicionalmente conhecidos, tais como: população, território, recursos naturais, tamanho da economia, tamanho das forças armadas, grau de desenvolvimento tecnológico, entre outros. Esses recursos são tangíveis e podem ser diretamente aplicados pelo Estado em sua política externa. De maneira oposta, os recursos de poder brando se caracterizam por serem recursos intangíveis: cultura, ideologia, valores e instituições são exemplos comuns.

Das duas distinções anteriores – natureza do comportamento dos agentes e tangibilidade dos recursos de poder –, se poderia inferir a diferenciação entre poder duro e poder brando. No entanto, dois problemas imediatos decorrem da elaboração do conceito por Nye. O primeiro deles, reconhecido pelo próprio autor, diz respeito à relação entre comportamentos de poder e recursos de poder – ou entre estratégias e recursos:

[...] soft power resources tend to be associated with co-optive power behavior, whereas hard power resources are usually associated with command behavior. But the relationship is imperfect.⁹

A decorrência lógica da tipificação utilizada é que o poder de comando esteja relacionado com recursos de poder duro, e o poder de cooptação esteja relacionado com recursos de poder brando. Mas isso nem sempre é verdadeiro: é possível que o comportamento de comando se utilize de recursos intangíveis de poder brando, da mesma maneira que o comportamento de cooptação possa se utilizar de recursos tangíveis de poder duro. Na verdade, é até possível que o poder de comando crie recursos de poder brando, ou que o poder de cooptação crie recursos de poder duro.

Não são raros os casos na história em que Estados se utilizam de instituições (um recurso de poder brando) para coagir outros Estados a adotarem determinadas políticas (um comportamento de poder de comando). Da mesma maneira, existem casos em que uma economia robusta ou um alto grau de desenvolvimento tecnológico (recursos de poder duro) são utilizados para cooptar, atrair outros Estados para certos tipos de políticas. Estados vencedores de grandes conflitos podem utilizar-se de poder de comando para construir instituições que no futuro serão vistas como legítimas, como recursos de poder brando.¹⁰ Um comportamento de poder de cooptação também pode gerar recursos de poder duro, na forma de alianças militares com outros Estados ou auxílio econômico, por exemplo.

Um segundo problema imediato decorre da solução que Nye dá às exceções apresentadas. Uma vez reconhecidas as imperfeições do relacionamento direto entre recursos de poder duro e poder brando e comportamentos de poder de comando e poder de cooptação, o autor argumenta que [...] *the general association is strong enough to allow the useful shorthand reference to hard and soft power*" (2002: 176, nota 31). Em resumo, Nye simplesmente adota os termos poder duro e brando como sinônimos de poder de comando e recursos de poder duro, no primeiro caso, e como poder de cooptação e recursos de poder brando, no segundo caso. Ao fazer isso o autor simplifica e coloca em segundo plano uma complexa relação entre recursos de poder e estratégia.

Uma agravante ainda maior é o fato de Nye não ter usado outra terminologia para a classificação de recursos de poder. Como o autor utiliza termos muito próximos, ao citar poder duro ou poder brando, não se pode ter certeza se a referência é feita a recursos de poder duro e brando, ao poder de comando e de cooptação tomado como poder duro e brando, ou aos próprios conceitos amplos de poder duro e poder brando. Em muitos momentos, quando urge a consideração e melhor utilização do poder brando dos Estados Unidos no sistema internacional, o autor parece clamar pela utilização de uma estratégia de cooptação, e não simplesmente por recursos de poder brando. Em sua obra de 1990, Nye parece mais atento a esse problema, e o termo poder cooptativo – *co-optive power* – é usado com muito mais frequência que o termo poder brando. Nas obras seguintes, todavia, tal cuidado não existe: ao que parece, a despeito de suas definições conceituais, falta ao termo cooptação a sonoridade, o apelo, ou até o romantismo, do poder brando.

Em sua última obra teórica sobre o poder brando, Nye parece confundir ainda mais os leitores ao apresentar uma nova classificação de tipos de poder, não problematizada, na qual o poder duro desaparece para ter-se o poder brando contraposto com poder militar e poder econômico. Tal classificação, mostrada no quadro abaixo, não impede que o conceito de poder duro seja utilizado em outras passagens do texto.¹¹

| | Comportamento | Medidas Principais <i>(primary currencies)</i> |
|------------------------|--|--|
| Poder Militar | Coerção dissuasão (<i>deterrence</i>) proteção | Ameaças Força |
| Poder Econômico | Persuasão Coerção | retornos (<i>payments</i>) sanções |
| Poder Brando | Atração definição de agenda | Valores Cultura Políticas Instituições |

Na verdade, a própria construção do texto de Nye é confusa. Em sua obra de 1990, a primeira distinção apresentada ao leitor é entre poder de comando e poder de cooptação. O termo poder brando só aparece mais à frente, quando relacionado aos recursos de poder do poder de cooptação. A distinção entre comportamentos de poder e recursos de poder é feita em notas ao texto, conforme discutido acima.

Outro elemento que não é devidamente explorado nas primeiras obras de Nye sobre poder brando é a possível relação de dependência entre os recursos de poder duro e os recursos de poder brando. Em outras palavras, serão os recursos de poder brando legítimos e efetivos apenas quando também existirem recursos de poder duro para sustentá-los? O autor não aborda diretamente essa questão nos dois primeiros livros, mas em seu último define categoricamente: “[...] *soft power does not depend on hard power*” (2004: 9). Como faz costumeiramente, Nye apresenta exemplos para justificar sua argumentação, ao invés de se aprofundar no debate teórico. Apresenta primeiramente, em tom jocoso, o exemplo do Vaticano que, contrariamente à crença que subjaz à desdenhosa pergunta de Stalin sobre quantas divisões o Papa controlaria, possui inquestionável poder brando.¹² Outros exemplos apresentados são a Noruega, o Canadá e a Polônia que, segundo o autor, devido à utilização de recursos de poder brando em suas políticas externas, têm tido recentemente uma influência política internacional maior do que os seus recursos de poder duro poderiam proporcionar. Note-se, todavia, que em todos os exemplos dados por Nye nunca está ausente a utilização de recursos de poder duro. De fato, as operações de paz, por mais legítimas e justificadas que sejam, precisam ser efetivadas com tropas em solo e uma boa quantidade de financiamento, ambos recursos de poder duro.

Ainda, seguindo a argumentação de Nye de que o poder brando não depende de poder duro, pode-se fazer outro questionamento: quais são os agentes realmente detentores de poder brando, ou de poder de uma maneira geral? Pela definição de poder de Nye – habilidade de influenciar o comportamento de outros com vistas à obtenção de determinados resultados – nenhuma qualificação é feita em relação ao agente detentor de poder. Tampouco as definições de poder duro e poder brando apresentam alguma especificação quanto ao sujeito. Admitindo-se que o Estado é o detentor do monopólio do uso da violência legítima e que o poder duro é exercido pelo comportamento de comando, que se manifesta por vezes pela coerção, e que recursos de poder duro incluem, por exemplo, o aparato militar, é comum associar a

utilização de poder duro a agentes estatais. Essa associação, todavia, não é exclusiva: existem exemplos abundantes de grupos não-estatais que se utilizam de recursos de poder duro para coerção. Grandes corporações que se utilizam de sua força econômica para fazer valer seus interesses ou grupos criminosos que se utilizam da violência são exemplos claros de que mesmo o poder duro não está apenas nas mãos do Estado.

Em relação ao poder brando, a questão dos agentes também não poderia ser diferente. Instituições, grandes corporações, entidades e movimentos da sociedade civil, ou mesmo indivíduos, são detentores de poder brando. O que causa espanto é a pouca atenção dada a agentes não-estatais por um autor conhecido como um dos pais da interdependência complexa. De fato, o objetivo de Nye está tão centrado na alteração da política externa dos Estados Unidos por meio de uma maior ênfase em seu poder brando (seja com relação a estratégias ou a recursos) que o autor tem seu foco completamente voltado para os agentes estatais.¹³

A ênfase em agentes estatais tem ainda outras implicações. Nas três fontes de poder brando apontados por Nye, é difícil identificar o grau de controle do Estado exercido sobre elas. Segundo o autor:

The soft power of a country rests primarily on three resources: its culture (in places where it is attractive to others), its political values (when it lives up to them at home and abroad), and its foreign policies (when they are seen as legitimate and having moral authority) (2004: 11).

Logicamente, o Estado pode influenciar os três elementos apontados por Nye: pode adotar políticas de promoção cultural, agir de acordo com seus próprios valores políticos e buscar uma política externa em concordância com os preceitos da sociedade internacional. Mas, no limite, pela própria elaboração de Nye, a relevância desses três elementos de poder brando reside apenas na aceitação, atração e aceitação da legitimidade pela outra parte, e não pelo Estado atuante.

De acordo com o autor, o fato de o Estado não controlar a geração do poder brando tem pouca relevância: “[...] *the fact that civil society is the origin of much soft power does not disprove its existence*” (*idem*: 17). Grandes corporações e ícones do esporte e da cultura *pop*, que têm a sua imagem veiculada em todo mundo, geram poder brando para si, mas também para seu Estado de origem, na medida em que são vinculadas com tal Estado, sua cultura e instituições. Caberia apenas ao Estado usufruir do poder brando gerado. Todavia, aqui apareceria a distinção entre os recursos e a estratégia, obscurecida pela terminologia de Nye. Se o Estado não é o gerador dos recursos de poder brando, este não possui maneiras próprias de controlá-los; a questão posta para o agente estatal seria apenas a de definição de estratégias.

Muitos outros questionamentos ainda podem ser levantados sobre o conceito de poder brando. Não se encontra nas obras citadas uma discussão sobre o significado de tangibilidade de recursos. Quais seriam as características que qualificam um recurso como tangível, e, portanto, recurso de poder duro, ou como intangível, ou seja, recurso de poder brando? Por quais critérios podem-se classificar recursos econômicos como tangíveis, sendo que, muitas vezes, não possuem existência material, ou instituições como recursos intangíveis, já que muitas destas possuem existência material?

3. O conceito de hegemonia em Gramsci¹⁴

A originalidade do conceito de hegemonia de Gramsci repousa, entre outros aspectos, no fato de que Gramsci foi o primeiro a aplicar esse conceito também à burguesia, ou seja, aos mecanismos de exercício da hegemonia das classes dominantes. Na Rússia, no início do século XX, a palavra hegemonia era bastante utilizada com o intuito de indicar a influência das classes trabalhadoras sobre as demais classes. Contudo, Gramsci ampliou o conceito ao utilizá-lo para explicar os modos de dominação pela burguesia e para estabelecer uma base teórica adequada para a contra-estratégia proletária no contexto das formas políticas do capitalismo presente.

Segundo Gramsci, as relações capitalistas de produção podem ser mantidas sob condições democráticas e, conseqüentemente, a exploração pode ser mantida **com** o consentimento dos explorados. É partindo dessas afirmações que o autor desenvolve o conceito de hegemonia, que emerge basicamente enquanto capacidade de entender os problemas reais do homem e de não se limitar a uma expectativa passiva com realação às conseqüências decorrentes do que entende como as leis gerais que governam o capitalismo, sendo assim uma chave na leitura e na análise de processos histórico (Gruppi: 1978).

Existem duas linhas principais que guiam as idéias de Gramsci sobre a hegemonia, uma derivada dos debates no âmbito da Terceira Internacional e outra derivada dos escritos de Maquiavel. No tocante à primeira, a originalidade de Gramsci consiste no fato de que ele estendeu o conceito de hegemonia para além do escopo utilizado pela Terceira Internacional, aplicando-o também à burguesia, aos aparatos ou mecanismos de hegemonia da classe dominante. Assim, o autor explica e distingue as situações em que a burguesia se encontra em uma posição hegemônica de liderança e domínio sobre as demais classes. A segunda linha vem dos escritos de Maquiavel, mais precisamente de *O Príncipe* e de sua discussão sobre a formação de um novo Estado. Enquanto Maquiavel se preocupava em encontrar uma liderança e uma base social que servissem de suporte para uma Itália unificada, Gramsci se preocupava com uma liderança que servisse de suporte para uma alternativa frente ao fascismo. Neste caso, o moderno príncipe seria um partido revolucionário engajado em desenvolver continuamente um diálogo com a base que lhe dá suporte, em busca da transformação da ordem social e do exercício do poder (Gramsci, 2002b: 16).

Percebe-se, assim, que Gramsci faz uma distinção entre a regulamentação pela força e a regulamentação por meio do consenso. Essa “dupla perspectiva” corresponde “à natureza dúplice do centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia [...]” (*idem*: 33). Há em Gramsci, portanto, um contraste entre dois tipos ideais de supremacia: a dominação, que é o exercício de poder sem uma permissão crítica do governado, e a hegemonia ética, que seria uma liderança moral e intelectual sobre o governado. Em outras palavras,

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter

inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também “dirigente” (2002a: 62-63).

É importante frisar que, para Gramsci, coerção e consenso não são opostos; na verdade, a força é um elemento constitutivo do consenso na medida em que qualquer ruptura deste traz à tona os mecanismos de coerção – mecanismos intrínsecos a todas as esferas da vida social e que permanecem latentes enquanto o consenso se mostrar suficiente para manter a reprodução das relações sociais. A coerção é o elemento latente, inerente ao consenso. “A coerção é, portanto, ubíqua; não se limita a qualquer instituição específica” (Przeworski, 1989: 198-199).

Deve-se notar que, quando Gramsci fala da hegemonia como “direção intelectual e moral”, afirma que essa direção deve ser exercida no campo das idéias e da cultura, manifestando, assim, a capacidade de conquistar o consenso e de formar uma base social, já que há direção política sem consenso. É importante notar ainda que a hegemonia cria, também, a subalternidade de outros grupos sociais, subalternidade essa que não se refere apenas à submissão à força, mas também às idéias. Não se pode, em hipótese alguma, perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso por meio de uma rede articulada de instituições culturais que seriam os “aparelhos privados de hegemonia” – por exemplo: a escola, a igreja, os jornais e os demais meios de comunicação em geral, cuja finalidade principal é inculcar nas classes dominadas a subordinação passiva, por meio de um complexo emaranhado de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, vê-se que a subalternidade social das classes também se torna política e cultural. Ou seja, se, por um lado, o âmbito econômico é um aspecto fundamental de toda a problemática gramsciana, por outro, é o reino da política – vinculado à questão da hegemonia – que é o “momento do mais alto desenvolvimento histórico de uma classe” (Sassoon, 1980: 116).

Destarte, pode-se dizer que a hegemonia é isso: determinar os traços, as características, as peculiaridades específicas de uma determinada condição histórica, ou seja, de um determinado processo histórico. É tornar-se o protagonista por meio de um processo progressivo, de reivindicações que são de outros estratos sociais, unificando-os com parâmetros ideológicos e mantendo-os unidos. A hegemonia, portanto, não é apenas política, mas também um fato cultural, moral, enfim, de concepção de mundo. A luta pela hegemonia deve envolver, de maneira cabal, todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica. Em suma, hegemonia é a capacidade que uma classe ou grupo tem de unificar e de manter unido, por intermédio da ideologia – e da realidade material – um bloco social que não é homogêneo, e sim marcado por profundas contradições de classe. Cria-se, então, uma vontade coletiva que tem como finalidade a consecução de um projeto econômico-político-social que envolve a constituição/reprodução de uma determinada ordem social (Mello, 1996).

3.1. As concepções de Estado: “restrito” e “ampliado”

Em Gramsci há um conceito “restrito” e um “ampliado” de Estado. O primeiro corresponde à “sociedade política”, que se refere ao aparato governamental formal do Estado, seja ele administrativo, legal ou coercitivo (Gramsci, 2001b: 20-21). Já o conceito “ampliado” vê o Estado como fundido às sociedades civil e política:

[...] na noção geral de Estado (ampliada), entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (nesse sentido, seria possível dizer que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção). [...] Isto] significa que, por “Estado”, deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho “privado” de hegemonia ou sociedade civil (Gramsci, 2002b: 244, 254-255).

Pode-se, assim, dizer que, para Gramsci, a separação entre sociedade civil e sociedade política é de caráter puramente metodológico. Isso se dá porque

[...] organizações na sociedade civil freqüentemente têm um aspecto público: os líderes de um sindicato, uma associação de patrões, igreja, partido político, a mídia, ou mesmo uma loja maçônica pode ser atraída para dentro do Estado, seja direta ou indiretamente. Alguns elementos da sociedade civil, tais como as universidades ou escolas, também podem ser fundadas por ou ser parte do Estado (Gill, 1990: 43).

Nesse sentido, vê-se que a sociedade civil se relaciona não somente com o Estado, mas também com as forças de produção, uma vez que o caráter do Estado e de seu engajamento na sociedade civil varia de acordo com as relações existentes entre as forças sociais em uma dada sociedade. Isso nos leva à noção “ampliada” de Estado, que nos mostra o rompimento de Gramsci com a visão do marxismo clássico que definia o uso da coerção como o aspecto basilar do Estado. Na verdade, Gramsci via os Estados democráticos liberais de uma maneira integral, ou seja, como a fusão do consenso e da coerção a fim de garantir o domínio. Ora, visto que a relação entre Estado e sociedade civil não é fixa, e sim variável historicamente, é necessário examinar a natureza concreta de dada sociedade antes de fazer-se qualquer tipo de decisão acerca das estratégias políticas a serem adotadas.

De acordo com Gramsci, notar-se-ia uma transformação da realidade social após a década de 1870, o que fez que a fórmula da “revolução permanente” – que era própria para 1848 – fosse superada pela fórmula de “hegemonia civil”. Assim, a partir de uma reflexão sobre a Revolução Bolchevique de 1917, Gramsci tira lições sobre o que poderia ser aplicado ao movimento revolucionário da Europa ocidental (Gramsci, 2002b: 262). Fazendo uso de uma analogia militar das guerras de movimento e de posições, Gramsci busca mostrar as diferenças circunstanciais e, conseqüentemente, as diferenças estratégicas entre cada uma. A hegemonia realiza-se no âmbito da sociedade civil e, nesse sentido, uma guerra de movimento – ou seja, uma estratégia insurrecional – não lograria êxito nos Estados da Europa ocidental. A estratégia alternativa seria uma guerra de posições que, vagarosamente, constrói os fundamentos sociais de um novo Estado. Na Europa ocidental a luta deveria ser ganha primeiro no âmbito da sociedade civil, antes que um assalto ao Estado pudesse lograr êxito.¹⁵

3.2. A questão da revolução-restauração ou da revolução passiva

Nem todas as sociedades ocidentais se caracterizam por serem hegemonias burguesas. Haveria, para Gramsci, dois tipos de sociedade: o primeiro se caracterizaria pelo fato de ter passado por uma revolução social que culminou no estabelecimento de novos modos de produção e de relações sociais – exemplos de sociedade desse tipo seriam a Inglaterra e a França. O segundo tipo seriam aquelas sociedades que importaram ou foram forçadas a adotar algumas características de uma nova ordem criada externamente, sem abandonar de maneira completa a velha ordem. Nesse caso, a dialética revolução-restauração tende a bloquear uma vitória tanto das velhas quanto das novas forças sociais, o que demonstra que, nessas sociedades, a burguesia falhou em atingir a condição de hegemonia. Isso é o que Gramsci chamou de revolução passiva, “a introdução de mudanças que não envolveram qualquer estímulo das forças populares” (Cox, 1994: 54).

Um dos exemplos de revolução passiva é o relacionamento existente entre a forma mais dinâmica de poder produtivo e economia política – ou seja, o Americanismo e o Fordismo – e as formas mais atrasadas de economia política na Europa. No tocante especialmente à Itália, a revolução passiva envolveu esforços que buscavam introduzir, na falta de uma hegemonia burguesa, métodos avançados de produção capitalista. Na verdade, isso ocorreu de maneira geral na Europa, tanto antes quanto após a II Guerra Mundial. No período pós-II Guerra Mundial, o processo de revolução passiva se deu em um contexto de ocupação norte-americana e de Plano Marshall. Esforços, então, foram feitos no sentido de introduzir a produção fordista sob condições reformistas impostas de fora, visando tanto preservar o capitalismo europeu quanto subordiná-lo ao domínio estadunidense. Em suma, a forma norte-americana de Estado, sociedade civil e modo de acumulação de capital têm se tornado modelos de revolução passiva por todo o mundo neste período pós-II Guerra Mundial (Gill, 2003).

Os dois aspectos mais importantes que acompanham o fenômeno da revolução passiva são o cesarismo e o transformismo. O primeiro diz respeito à intervenção de um “homem forte” com o objetivo de por fim ao embate entre forças sociais opostas e iguais:

Pode-se afirmar que o cesarismo expressa uma situação em que as forças em luta se equilibram de modo catastrófico, isto é, equilibram-se de tal forma que a continuação da luta só pode terminar com a destruição recíproca. (...) Mas o cesarismo, embora expresse sempre a solução ‘arbitral’, confiada a uma grande personalidade, de uma situação histórico-política caracterizada por um equilíbrio de forças de perspectiva catastrófica, não tem sempre o mesmo significado histórico (Gramsci, 2002b: 76).

Haveria, assim, formas progressistas e reacionárias de cesarismo: progressistas, quando um forte domínio promove um desenvolvimento mais ordenado de um novo Estado; reacionárias, quando há um forte domínio que promove o estabelecimento do poder existente.

O transformismo se refere a um método de implementação de um programa limitado de reformas por meio da cooptação de líderes potenciais dos grupos sociais

subalternos (Gramsci, 2002a: 286-287; 2002b: 396). Assim, por extensão, o transformismo pode funcionar como estratégia de assimilação e domesticação de idéias potencialmente perigosas, mediante o ajuste destas às políticas da coalizão dominante. O transformismo pode obstruir a formação de uma oposição organizada em bases classistas que busque a transformação social. Mas qual seria a relação entre revolução passiva e hegemonia? Ora, a revolução passiva seria a contrapartida da hegemonia, na medida em que descreve as condições de uma sociedade não hegemônica, ou seja, uma sociedade na qual a classe dominante não foi capaz de estabelecer uma hegemonia.

Dessa forma, é possível notar que a dialética entre hegemonia e revolução passiva é um tema central de “Americanismo e Fordismo”: para Gramsci, o Americanismo e o Fordismo representavam uma aceleração de uma nova forma social baseada em uma profunda relação orgânica entre forma de Estado, sociedade civil e modo de produção e, como tal, representava uma nova forma de economia planejada na qual a hegemonia era baseada nas forças de produção. Em contraste, a estrutura de classes européia envolvia muitos elementos parasitas. A burguesia não era hegemônica nessas sociedades da Europa e, por isso, as transformações tomaram a forma de revolução passiva.¹⁶

3.3. Os intelectuais e a construção do bloco histórico

A fim de explicar teoricamente o processo mediante o qual uma classe subalterna adota uma estratégia de “guerra de posição” e remodela as forças sociais visando à construção de um novo Estado, Gramsci desenvolveu o conceito de bloco histórico (Simionatto, 1995: 40). Esse conceito teria um caráter revolucionário devido à sua ênfase na unidade e na coerência das ordens políticas e sociais.

O bloco histórico é um conceito dialético na medida em que a interação de seus elementos cria uma unidade maior (Gramsci, 2002b: 26). Nota-se, assim, mais uma vez, que, para Gramsci, a sociedade se apresenta como uma totalidade que deve ser abordada em todos os seus níveis. A justaposição e os relacionamentos recíprocos das esferas de atividade política, ética e ideológica com a esfera econômica evitam o reducionismo, ou seja, evitam que tudo seja reduzido tanto à economia quanto às idéias. Destarte, “superestruturas de organização política e ideológica moldam o desenvolvimento de aspectos da produção e são moldados por eles” (Cox, 1994: 56).

É oportuno ressaltar que um bloco histórico não pode existir sem uma classe social hegemônica. Ou seja, em uma situação na qual uma classe hegemônica é a classe dominante em um determinado país ou formação social, o Estado – entendido aqui em seu sentido “ampliado” – mantém a coesão e a unidade dentro do bloco mediante a difusão de uma cultura comum. Por outro lado, um novo bloco se forma quando uma classe subalterna estabelece sua hegemonia sobre os outros grupos subordinados. Esse processo requer um intenso diálogo entre os líderes e os seguidores dentro de uma classe que aspira à hegemonia, o que remete ao papel dos intelectuais no raciocínio de Gramsci.

Para Gramsci, os intelectuais desempenham um papel fundamental na construção de um bloco histórico. Eles não fazem parte de um estrato social distinto que “paira” sobre as classes sociais, mas se encontram ligados às classes sociais. Na verdade, os

intelectuais desempenham a função de desenvolver e sustentar as imagens mentais, as tecnologias e as organizações que mantêm coesos os membros de uma classe e de um bloco histórico em uma identidade comum: “os intelectuais [...] são os ‘persuasores’ da classe dominante, são os ‘funcionários’ da hegemonia da classe dominante” (Gruppi, 1978: 80). Em outras palavras:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (Gramsci, 2001b: 21).

Nota-se, então, que os intelectuais não se encontram limitados apenas às questões técnicas da produção, mas dão à classe dominante a consciência de si mesma e de sua própria função, tanto na esfera social quanto na esfera política; ou seja, dão homogeneidade à classe dominante e à sua direção. Qualquer grupo social, na medida em que se estabelece na esfera econômica, deve elaborar sua própria hegemonia política e cultural, devendo, assim, criar seus próprios quadros de intelectuais.¹⁷

De acordo com Gramsci, “todos os homens são ‘filósofos’” (Gramsci, 2004: 93) e essa filosofia espontânea se expressa 1) na linguagem; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e naquilo que geralmente se conhece como folclore. O senso comum é algo contraditório por definição (Gramsci, 2004: 114): nesse sentido, “não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devir histórico” (Gramsci, 2004: 96). O desafio que se apresenta para os intelectuais, portanto, é o de desenvolver uma filosofia que se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais. Ou seja, devem se apresentar como uma crítica do senso comum.

De maneira geral, o conceito de bloco histórico diz respeito àquelas situações nas quais há um alto grau de congruência política entre três tipos de relações de forças. A primeira relação de força diz respeito ao nível estrutural ou material – por exemplo, o nível das forças de produção. A segunda relação de força é política e se encontra relacionada ao desenvolvimento das classes e de seu nível de consciência política. Por fim, a terceira relação de força é militar, dizendo respeito tanto ao uso doméstico do poder militar quanto às forças militares geopolíticas que configuram o desenvolvimento de uma sociedade particular.

No processo em direção à hegemonia e à criação de um bloco histórico, Gramsci identificou, no âmbito do segundo tipo de relação de força – categoria das forças políticas –, três níveis ou três momentos no desenvolvimento da consciência: o primeiro, o “econômico-corporativo”, reflete os interesses específicos de um grupo particular, ou uma solidariedade de grupo. O segundo, a “consciência de classe”, se estende a toda uma classe social mas permanece no nível dos interesses puramente econômicos; por fim, o terceiro, “hegemônico”, que coloca em harmonia os interesses

das classes dominantes com os interesses das classes subordinadas e incorpora esses outros interesses em uma ideologia que se expressa em termos universais. Vê-se, portanto, que o movimento em direção à hegemonia é uma passagem da estrutura para o âmbito das superestruturas complexas; é a passagem dos interesses específicos de um grupo ou classe para a construção de instituições e elaboração de ideologias. Caso reflitam uma hegemonia, essas instituições e ideologias não aparentarão promover os interesses de uma classe específica, mas serão universais em sua forma. Satisfarão alguns dos interesses dos grupos subordinados sem minar a liderança e os interesses da classe hegemônica (Gramsci, 2002b: 40-46).

Essas questões dizem respeito a uma questão crucial no pensamento de Gramsci: a sua crítica ao determinismo, que é inerente ao materialismo vulgar, e a sua ênfase ao papel do sujeito no processo histórico. Isso se dá porque, para Gramsci, o bloco histórico não pode ocorrer de maneira espontânea, nem simplesmente como resultado das necessidades econômicas, necessitando da liderança e da ação baseadas em uma consciência política altamente desenvolvida dentro da classe dominante.

4. Conclusão: implicações de uma mudança conceitual

Com exceção das chamadas teorias críticas de relações internacionais, o conceito de hegemonia é normalmente tratado como a preponderância de um Estado sobre os demais no sistema internacional. Tal visão tende a igualar hegemonia e dominação, e estaria ancorada na distribuição desigual das capacidades materiais, isto é, capacidades econômicas e força militar. Contudo, a análise de Gramsci mostra que a hegemonia não deve ser entendida como uma mera relação de dominação entre Estados no sistema internacional; na verdade, ela envolve a construção de uma forma relativamente consensual de política dentro de suas esferas de referência, com sua combinação de poder e liderança dando o devido peso às forças subordinadas em uma série de ajustes políticos institucionalizados. A hegemonia é formada em uma complexa gama de blocos históricos que vinculam os poderes público e privado dentro e através dos Estados em redes políticas transnacionais que visam sustentar e regular uma ordem capitalista crescentemente global (Gill, 2003).

Entendida dessa maneira, pode-se traçar linhas de aproximação e distanciamento entre os conceitos de hegemonia e poder brando, partindo do próprio reconhecimento de Nye sobre a influência de Gramsci em sua argumentação e, ao mesmo tempo, da indisposição deste autor em abordar os trabalhos de autores neogramscianos que utilizam o conceito de hegemonia aplicado às relações internacionais. A não contemplação da hegemonia em todos os seus aspectos e a utilização do conceito restrito de poder brando traz implicações teóricas e práticas extremamente relevantes.

De acordo com Nye, e conforme exposto, a distinção entre poder duro e poder brando é uma distinção de grau em relação ao comportamento dos agentes e à tangibilidade dos recursos. Poder duro e poder brando são dois aspectos diferentes da habilidade de influenciar o comportamento de outros para obter resultados desejados, ou seja, são aspectos diferentes de poder (Nye, 1990: 267, nota 11; 2002: 176, nota 31; 2004: 7). Todavia, segundo Nye, a existência de poder brando não requer

poder duro, sendo ambos, assim, aspectos de poder relacionados, mas não dependentes (Nye, 2004: 9).

O conceito gramsciano de hegemonia claramente expõe que coerção e consenso – ou comando e cooptação, poder duro e poder brando na argumentação de Nye – além de não serem opostos, são, ao contrário, complementares. Na hegemonia, a coerção é um mecanismo intrínseco ao consenso: fica em segundo plano na medida em que os mecanismos do consenso prevalecem na sociedade, mas é latente e vem à tona em momentos de ruptura do consenso. **Na medida em que ignora a hegemonia, Nye cria a ilusão de um aspecto de poder brando que poderia existir em si apenas pelo consenso, ignorando a realidade social permeada por mecanismos intrínsecos de coerção.**

A hegemonia se expressa na capacidade de uma classe ou grupo dominante unificar e manter coeso um determinado bloco histórico por meio de um discurso ideológico refletido no campo das idéias, da cultura e em inúmeras instituições sociais. É claro, portanto, que a hegemonia é a busca do consenso por parte de uma classe ou grupo dominante em um bloco histórico no qual, logicamente, o consenso ainda não existe. Aqueles que tentam instaurar uma hegemonia lutam pelo consenso com outras classes ou grupos pré-existentes e de interesses distintos. Ao ignorar o conceito de hegemonia, Nye ignora a existência da disputa de forças sociais distintas pela hegemonia no âmbito da sociedade civil internacional. **O conceito de poder brando obnubila as relações existentes entre as forças sociais que se encontram detrás dos processos de construção e manutenção do dito poder brando.**

Um exemplo disso é a crença de Nye na existência de valores universais.

When a country's culture includes universal values and its policies promotes values and interests that others share, it increases the probability of obtaining its desired outcomes [...] (2004: 11).

Quem acredita na existência de valores universais ou de uma cultura universal obviamente não é capaz de enxergar as disputas pela legitimação de princípios e valores tidos como absolutos apenas para si. *“The United States benefits from a universalistic culture”* (*idem*: 11). Uma análise neutra reconhece que conjuntos de princípios e valores, quaisquer que sejam, não são universais em si: são relativos à sociedade que os gerou, e não absolutos; podem ser universalizados, reconhecidos por outros agentes e legitimados ou impostos por uma série de processos – com ou sem utilização de coerção. Nesse sentido, a criação de uma cultura e valores universais seria uma estratégia hegemônica, não um recurso de poder brando.

Outro problema crítico na contraposição entre hegemonia e poder brando é o conceito de Estado. O Estado como trabalhado por Nye se refere basicamente ao arranjo institucional de capacidades coercitivas e de liderança que produzem ordem e disciplina em um situação que poderia tender à anarquia. Dessa maneira, o autor identifica o Estado apenas como sociedade política na terminologia de Gramsci – o Estado em seu conceito restrito –, não sendo capaz de articular Estado e sociedade civil – no que seria o conceito ampliado de Estado. Como é no âmbito da sociedade civil que se dá a disputa pela hegemonia, Nye não é capaz de articular de maneira

coerente coerção e consenso. Na medida em que o autor não identifica as particularidades de cada esfera (sociedade civil e sociedade política) e utiliza apenas o conceito restrito de Estado (sociedade política), ao invés de seu conceito ampliado (sociedade política + sociedade civil), passa a confundir os conceitos de poder duro e poder brando e a esfera de origem de cada um, chegando a afirmar que o poder brando não depende do poder duro (*idem*: 9). Tal confusão decorre da incapacidade de Nye de reconhecer que não há separação entre os dois: como afirma Gramsci, a coerção é ubíqua; coerção e consenso são dois lados da mesma moeda – a distinção entre os dois é metodológica, e não orgânica.

Outro exemplo desse problema é a discussão de Nye sobre o poder de esperteza (*smart power*). De acordo com o autor, a posição de um Estado no sistema internacional não se dá apenas pelo poder brando ou pelo poder duro. Na verdade, por mais que Nye enfatize a necessidade de se dar a atenção devida ao poder brando, isso não significa, em absoluto, a negligência por parte do autor da relevância do poder duro. A questão que se coloca aos Estados é a necessidade de articulação entre ambas as formas de poder: a habilidade de combiná-los de forma efetiva é o poder de esperteza.¹⁸

Durante a Guerra Fria, o Ocidente teria usado o poder duro para deter a agressão soviética, enquanto o poder brando servira para erodir a confiança e a crença que havia no comunismo por trás da cortina de ferro. Isso era o poder da esperteza. Nesse sentido, de acordo com Nye, para serem espertos hoje, a Europa deveria investir mais nos recursos de poder duro, e os Estados Unidos deveriam prestar mais atenção no seu poder brando. Fica claro assim que, para Nye, o poder brando não é uma panacéia: o poder brando não foi capaz de evitar o apoio do governo Talibã à Al Qaeda, nem será suficiente para parar o programa nuclear iraniano. Para tais questões deve-se recorrer ao poder duro. Outros objetivos, como promover a democracia e os direitos humanos, são mais bem atingidos por meio do poder brando: democratização coercitiva tem seus limites, como é perceptível no atual caso iraquiano (2006).

O conceito de poder de esperteza demonstra a limitação do conceito de Estado de Nye. Enquanto para o autor a equação *poder duro + poder brando = poder de esperteza*, uma característica do Estado, não é possível identificar a relação entre coerção e consenso na qual o primeiro é exercido na esfera da sociedade política e o segundo na esfera da sociedade civil. Ou, conforme expresso anteriormente, em Gramsci, o próprio conceito de Estado ampliado é dado pela equação: *hegemonia/consenso/sociedade civil + domínio/coerção/sociedade política = Estado ampliado*.

Outra crítica levantada anteriormente é o fato de Nye adotar os termos poder duro e brando como sinônimos de poder de comando e recursos de poder duro no primeiro caso, e poder de cooptação e recursos de poder brando no segundo caso, simplificando assim uma complexa relação entre recursos de poder e estratégia. Tanto para essa como para outras críticas, um argumento poderia ser levantado no sentido de que, preocupado com a inserção internacional dos Estados Unidos, com a necessidade de maior ênfase ao poder brando do país e com a aplicabilidade prática do conceito, e não com sua coerência teórica, Nye teria se permitido ignorar algumas discussões e deixar em segundo plano alguns problemas.

Apesar de tal não parecer um argumento sustentável em mais de uma década de desenvolvimento sobre o poder brando, culminando com a publicação de um livro

supostamente teórico sobre o tema, mesmo se o fosse, seria ainda contraproducente. A identificação das esferas da sociedade política e da sociedade civil, onde atuam coerção e consenso, e mais ainda, o reconhecimento da existência da disputa pela hegemonia que o trabalho de Gramsci proporciona são descrições analíticas mais adequadas para pautar a ação política de quaisquer agentes que façam parte desse embate, mesmo que originalmente o conceito de hegemonia não fosse pensado para a implementação por um Estado capitalista. Ainda, encontra-se na diferenciação feita por Gramsci entre guerra de movimento e guerra de posição uma adequação muito maior aos dilemas atuais do que as sugestões de Nye ao enfatizar o poder brando na inserção internacional dos Estados. Como a disputa pela hegemonia é dada na esfera da sociedade civil, a melhor estratégia é a da guerra de posição, onde vagarosamente se constroem novos alicerces culturais e sociais para a mudança futura. Uma guerra de movimento, um assalto a estruturas do Estado sem a existência de legitimação, já para Gramsci, décadas atrás, não poderia ter êxito.

Como visto anteriormente, quando Nye escreve *Bound to Lead* sua preocupação era com as teses de que a hegemonia dos Estados Unidos estava em declínio. Conforme apontado por Gill (2003), os autores da época tinham um entendimento limitado sobre a natureza dessa hegemonia e subestimaram a capacidade do Estado de se engajar em uma estratégia de reconstrução de sua preponderância internacional, principalmente no que concerne à economia. Na verdade, naquele período, a hegemonia dos Estados Unidos passa por uma reestruturação de caráter transnacional e o que se percebe, a partir dessa reestruturação, é a emergência de um bloco histórico globalista (Robinson, 2004). Em seu centro, encontra-se a fração transnacional da classe capitalista, que compreende os proprietários e gerenciantes das corporações transnacionais e demais capitalistas que gerenciam o capital transnacional. O bloco também inclui os técnicos e burocratas que administram as organizações internacionais, bem como governantes, burocratas e técnicos dos Estados do Norte e do Sul e de outros fóruns transnacionais. Ainda são incluídos nesse bloco os intelectuais orgânicos que provêm legitimidade ideológica e soluções técnicas. Por fim, está uma pequena camada formada por classes médias e profissionais cosmopolitas que, embora disponham de pouco poder real, formam uma frágil camada amortecedora entre a elite transnacional e os pobres e excluídos.

Esse bloco histórico emergiu de maneira triunfalista a partir dos anos 1970, consolidou-se no início dos anos 1990, começando a passar por sérias crises que dificultaram em muito a reprodução da hegemonia a partir de meados dos anos 1990. Um bloco histórico se refere a uma congruência histórica entre forças materiais, instituições e ideologias; de maneira mais ampla, diz respeito a uma aliança entre classes (e frações) distintas em torno de uma gama de idéias hegemônicas que dão a direção estratégica e a coerência necessárias aos seus elementos constituintes. Nesse sentido, para que esse bloco histórico possa estabelecer-se de maneira hegemônica, é necessária a superação dos interesses particulares por uma ideologia universal e a coordenação concreta dos interesses dos outros grupos sociais subordinados com os interesses dos grupos dominantes a fim de garantir a realização de pelo menos parte dos interesses desses grupos subordinados. Contudo, os interesses particulares do capital financeiro transnacional freqüentemente minam o projeto hegemônico. Além

disso, é possível perceber uma crise do capitalismo global a partir dos anos 1990, que se expressa em duas dimensões principais: 1) uma crise estrutural de superacumulação e de polarização social, 2) uma crise de legitimidade e de autoridade.

Nesse sentido, mas de forma alguma de maneira intencional ou premeditada, Nye pode ser apontado como um intelectual orgânico na terminologia gramsciana, de um bloco histórico que talvez ele próprio desconheça. Sem dúvida, a recomendação sobre a aplicação do poder brando na atuação internacional dos Estados Unidos nada mais é do que uma recomendação de uma estratégia considerada por ele como mais adequada na luta pela hegemonia em âmbito internacional. Embora essa disputa e o bloco histórico do qual participa não sejam reconhecidos explicitamente, a obra de Nye é um excelente exemplo do papel de um intelectual orgânico na construção de idéias e imagens mentais que dão sustentação e consciência de classe a determinado bloco histórico.

Por mais que essa não seja a intenção consciente de Nye, ou que a utilização do conceito de poder brando e a negligência ao conceito de hegemonia tenham sido apenas escolhas próprias, derivadas da preocupação do autor mais com a prática política do que com a acadêmica, o ponto essencial a ser frisado é que essas mudanças conceituais têm implicações teóricas e práticas extremamente relevantes.

Cabe àqueles que se encontram excluídos do bloco histórico dominante um olhar extremamente crítico sobre o conceito de poder brando, sobre a noção de que existam valores universais e de que o consenso pode existir de maneira independente da coerção. E ainda: mesmo em sociedades majoritariamente excluídas do bloco histórico dominante podem existir frações de classes que dele se beneficiam, e assim agem em favor da implementação da hegemonia sem contestação crítica.

Theory is always for someone and for some purpose. All theories have a perspective. Perspectives derive from a position in time and space, specifically social and political time and space. The world is seen from a standpoint definable in terms of nation or social class, of dominance or subordination, of rising or declining power, of a sense of immobility or of present crisis, of past experience, and of hopes and expectations for the future. [...] There is, accordingly, no such thing as theory in itself, divorced from standpoint in time and space. When any theory so represents itself, it is more important to examine it as ideology, and to lay bare its concealed perspective (Cox, 1981).

Como afirma Gramsci, a supremacia de um grupo social se dá de duas formas: via hegemonia (consenso) ou via dominação (coerção). A crise atual mostra a razão pela qual tem se recorrido ao uso da força de maneira tão extensiva. É neste contexto histórico-estrutural que Nye defende o poder brando como uma forma de obter sucesso na política mundial (Nye, 2004). Ou seja, é uma tentativa de reverter o quadro de crise, mesmo que Nye não considere a crise como realidade. Fica explícito, assim, a falta de percepção do autor para as mudanças das características da hegemonia no âmbito global, pois Nye continua propondo soluções a partir de uma perspectiva ontologicamente estatocêntrica, quando, na realidade, as forças sociais que se encontram detrás dos processos de construção, manutenção e contestação da hegemonia se transnacionalizaram. Embora Nye leve em conta agentes não estatais em suas considerações sobre o poder brando, o foco da ação para o autor ainda reside no Estado.

Estas são algumas das considerações críticas que podem ser feitas ao trabalho de Nye. Deve-se destacar, todavia, que Nye tem o mérito de ter apontado alguns dos limites dos autores declinistas no final dos anos 1980 e de ter identificado alguns dos limites do conceito de poder comumente utilizado em Relações Internacionais, abrindo, de certa forma – e de uma maneira muito limitada –, espaço para discussões sobre os aspectos intangíveis do poder no âmbito mundial. Contudo, é possível identificar sérios problemas e limitações de caráter epistemológico e político na obra de Nye. E é possível afirmar, afinal, que Nye é mais interessante pelo que deixa de dizer do que pelo que diz.

Notas

- 1 Entre os “declinistas” a obra de maior relevância é de Kennedy (1987).
- 2 Ver em especial Nye Jr. , 1990, capítulos 3 e 6.
- 3 Sobre o conceito de interdependência complexa a referência básica é Keohane; Nye Jr, 1977.
- 4 É importante perceber que foi durante a década de 1980 que a discussão sobre o conceito gramsciano de hegemonia aplicado às relações internacionais tomou corpo. Ver, por exemplo, Cox (1981 e 1983 – republicado em 1994), Gill; Law (1988 e 1989 – republicado em 1994); Gill (1986, republicado em 2003); Van der Pijl (1984). Durante a década de 1990, as análises neogramscianas demonstraram notável evolução e relevância e, mesmo assim, não foram incorporadas por Nye em suas obras subsequentes. Como referência básica, ver Gill (1990 e 1994 – que traz novas contribuições e reproduz alguns artigos previamente publicados na década de 1980); Robinson (1996); Rupert (1995).
- 5 Na verdade, Nye aponta os usos incorretos do termo por parte da mídia e de tomadores de decisão como uma das justificativas para a elaboração de seu livro “teórico” sobre poder brando.
- 6 Nos três livros apontados como o eixo do desenvolvimento do conceito de poder brando, Nye apresenta o mesmo encadeamento lógico na elaboração do conceito, apenas atualizado ao longo do tempo, mas, por vezes, com palavras rigorosamente idênticas.
- 7 Importante notar que a citação referida só consta em notas ao texto nas obras de 1990 e 2002 – ela só é levada ao corpo do texto no livro de 2004. Ver Nye, 1990: 267, nota 11; 2002: 176, nota 31, e 2004: 7.
- 8 Os gráficos originais podem ser encontrados em Nye, 1990: 267, nota 1; 2004: 8.
- 9 Ver Nye 1990: 267, nota 11; 2002: 176, nota 31; 2004: 7.
- 10 Para uma boa demonstração dessa argumentação, ver Ikenberry (2001).
- 11 O quadro original pode ser encontrado em Nye (2004: 31). Contínuas utilizações do conceito de poder duro podem ser encontradas em Nye (2004: 31-32, 67, 78-79, 119, 124, 131 e 145).
- 12 Uma contra-argumentação cabível tem de tomar por base a constatação anterior de que o poder de comando pode gerar recursos de poder brando. Tamanho poder, controle e influência da Igreja Católica na vida européia em séculos anteriores poderiam ter tornado legítimos seus valores e princípios, a ponto de gerar recursos de poder brando até hoje usufruídos.
- 13 Como frisado anteriormente, a estrutura dos três livros é bastante parecida. Após alguma elaboração teórica sobre o poder brando e o contexto atual que o faz relevante, Nye procede a uma análise dos recursos de poder dos Estados Unidos em comparação com seus competidores mais próximos. Em todos os livros, a ênfase clara é dada aos agentes estatais.
- 14 Este trecho é um resumo de Ramos (2005). Para maiores detalhes sobre Gramsci e os estudos internacionais, ver Ramos (2006).
- 15 “[...] torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz [...]” (Gramsci, 2002a: 63).
- 16 Cf. o Caderno 22 de Gramsci (Gramsci, 2000a: 241-282).
- 17 “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que

lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...]. [Além disso, ...] todo grupo social ‘essencial’, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento dessa estrutura, encontrou [...] categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas” (Gramsci, 2001b: 15-16). Estes seriam, respectivamente, os dois grupos de intelectuais identificados por Gramsci: os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais.

- ¹⁸ Existem duas referências curtas ao poder de esperteza em Nye, 2004: 43 e 147. O conceito é um pouco mais bem trabalhado em textos como Nye, 2006.

Referências bibliográficas

- COUTINHO, Carlos Nelson (1981), *Gramsci*. Porto Alegre, L&PM.
- COX, Robert W. (1981), “Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. *Millennium: Journal of International Studies*, vol. 10, nº 2, pp. 126-55.
- _____. (1994), “Gramsci, Hegemony and International Relations: An essay in method, in Stephen Gill. *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1987), *Power, Production and World Order*. New York, Columbia University Press.
- GILL, Stephen (1990), *American Hegemony and the Trilateral Commission*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1994), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2003), “US Hegemony in the 1980s: Limits and Prospects”, in Stephen Gill, *Power and Resistance in the New World Order*. New York, Palgrave Macmillan.
- GILL, Stephen; LAW, David (1988), *The Global Political Economy: Perspectives, Problems and Policies*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press.
- _____. (1994), Global Hegemony and the Structural Power of Capital, in Stephen Gill. *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GRAMSCI, Antonio (1978a), *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno* (3ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1978b), *Concepção Dialética da História* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1982), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (3ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (1987), *A Questão Meridional*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. (2001a), *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 4.
- _____. (2001b), *Cadernos do Cárcere* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 2.
- _____. (2002a), *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 5.
- _____. (2002b), *Cadernos do Cárcere* (3ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 3.
- _____. (2002c), *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 6.
- _____. (2004), *Cadernos do Cárcere* (3ª ed.). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1.
- GRUPPI, Luciano (1978), *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. (2ª ed.). Rio de Janeiro, Edições Graal.
- HALL, Stuart (2003), *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- IKENBERRY, G. John (2001), *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order After Major Wars*. Princeton, Princeton University Press.

- KENNEDY, Paul (1987), *The Rise and Fall of The Great Powers: Economic Change and Military Conflict from 1500 to 2000*. New York, Random House.
- KEOHANE, Robert O.; NYE Jr., Joseph S. (1977), *Power and Interdependence*. Boston, Little, Brown.
- MARX, Karl (1974), *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann* (2ª ed.). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MELLO, Alex Fiúza de (1996), *Mundialização e Política em Gramsci*. São Paulo, Cortez.
- NYE Jr., Joseph S. (1990), *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*. New York Basic Books.
- _____. (2002), *The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone*. New York, Oxford University Press.
- _____. (2004), *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. New York, Public Affairs.
- _____. (2006), *Donald Rumsfeld and the Smart Power*. Project Syndicate, <http://www.project-syndicate.org>, acesso em 19 de abril de 2006.
- PRZEWORSKI, Adam (1989), *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RAMOS, Leonardo César S. (2005), "A Sociedade Civil em Tempos de Globalização: Uma Perspectiva Neogramsciana". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, IRI, Puc-Rio.
- _____. "Materialismo Histórico e Estudos Internacionais", <http://www.gramsci.org>, acessado em 20 de agosto de 2006.
- ROBINSON, William I. (1996), *Promoting Polyarchy: Globalization, US Intervention and Hegemony*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2001), "Social Theory and Globalization: the Rise of a Transnational State", *Theory and Society*, vol. 30, nº 2, pp. 157-200.
- _____. (2004), *A theory of Global Capitalism: Production, Class, and State in a Transnational World*. Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- RUPERT, Mark (1995), *Producing Hegemony: the Politics of Mass Production and American Global Power*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2000), *Ideologies of Globalization: Contending Visions of a New World Order*. London, Routledge.
- SASSOON, Anne Showstack (1980), *Gramsci's Politics*. New York, St. Martin's Press.
- SIMIONATTO, Ivete (1995), *Gramsci: sua Teoria, Incidência no Brasil, Influência no Serviço Social*. São Paulo, Cortez.
- VAN DER PIJL, Kees (1984), *The making of an Atlantic Ruling Class*. London, Verso.

Resumo

O conceito de poder brando (*soft power*) se tornou referência comum no estudo das relações internacionais desde sua criação por Joseph S. Nye Jr. no início dos anos 90. O termo ganha especial atenção nas discussões sobre a ordem internacional no pós-Guerra Fria, nos debates sobre a política externa dos Estados Unidos, e nas elaborações sobre hegemonia e equilíbrio de poder no sistema internacional contemporâneo. O argumento central do presente artigo é que existe uma clara aproximação entre o conceito de poder brando de Nye e o conceito de hegemonia de Antonio Gramsci. Ambos são referentes a um conjunto de princípios gerais, idéias, valores ou instituições; compartilhados, consentidos ou considerados legítimos por diferentes grupos; mas que, ao mesmo tempo são recursos de poder, influência ou controle de um grupo sobre outro. Todavia, apesar de próximos, do trabalho de Gramsci sobre hegemonia decorrem implicações que o conceito simplista de poder brando não pode contemplar. Dessa maneira buscar-se-á apresentar as limitações do conceito de poder brando de Nye em face do conceito gramsciano de hegemonia.

Abstract

The concept of soft-power has become a common reference in the study of international relations since its creation by Joseph S. Nye Jr. in the early 90's. The concept has a special meaning on discussions on the post-Cold War international order, on the debates on U.S. foreign policy, and on the studies on hegemony and balance of power on the contemporary international system. The central argument of the present paper is that a clear proximity exists between the concept of soft-power by Nye and the concept of hegemony by Antonio Gramsci. Both make reference to a set of general principles, ideas, values and institutions, shared, consented or regarded as legitimate by different groups; but at the same time they are power resources of influence and control by one group over the other. Even being close to one another, from the work of Gramsci on hegemony results derive that the simple concept of soft-power cannot contemplate. Hence, the paper will present the limitations of the concept of soft-power by Nye in relation to the gramscian concept of hegemony.

Palavras-chave: Poder brando; Hegemonia; Gramsci; Joseph S. Nye Jr.; Política Externa dos Estados Unidos.

Keywords: Soft-power; Hegemony; Gramsci; Joseph S. Nye Jr.; U.S. Foreign Policy.